



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	551232
Entrada/Saída n.º	1
Data	31/1/2018

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia, Inovação e  
Obras Públicas  
Deputado Hélder Amaral

Lisboa, 23 de dezembro de 2016

**Assunto: Requerimento de audição do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, sobre a sua proposta de «mecanismo de limpeza de contraordenações» para a Uber e a Cabify**

Foram publicadas neste sábado declarações do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, responsável pela pasta dos Transportes, numa notícia intitulada «*Governo quer perdão das multas à Uber e à Cabify*», que não podem passar em claro e exigem o devido esclarecimento do Governo à Assembleia da República.

O Secretário de Estado, seguindo o argumentário da estratégia de comunicação de uma dessas referidas multinacionais, afirmou que “*um estado de direito tem de regulamentar as atividades e não fazer caça à multa*” e que “*devia ser considerado um mecanismo de limpeza destas contraordenações para depois se fazer então cumprir a nova lei*”, no âmbito da discussão parlamentar de propostas de lei, responsabilizando a Assembleia da República pelos problemas que hoje se verificam a este nível no sector.

Estas afirmações constituem uma espécie de manifesto de apoio às multinacionais que têm vindo a agir à margem da lei, defendendo para estas um regime de impunidade e amnistia corporativa e chamando a esse regime o nome impróprio de “*estado de direito*”. Trata-se de declarações insultuosas para a Assembleia da República e para todos aqueles que cumprem a Lei. Se existem cerca de 900 processos de contraordenação somando quatro milhões de euros em coimas, tal facto resulta da opção consciente e reiterada das multinacionais em prosseguir uma atividade ilegal.

O PCP considera de uma enorme gravidade que um governante defenda desta forma um “*mecanismo de limpeza de contraordenações*”, seja para quem for, e logo para multinacionais que desde o início desenvolvem atividades ilegais. É inaceitável que um titular de cargos públicos venha propor e considerar como “*estado de direito*” uma situação em que o crime compensa – e convidando na prática os agentes económicos a desprezar as leis em vigor, desde que tenham a força suficiente para angariar apoios políticos e mediáticos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a Audição do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, relativamente à situação acima exposta.

O Deputado,

(Bruno Dias)